

iscte

INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Contributos para a Reflexão da Escola como um Ecosistema de
Inovação Social

Inês Isabel Costa Baptista

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:

Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Sociologia

Contributos para a Reflexão da Escola como um Ecosistema de
Inovação Social

Inês Isabel Costa Baptista

Mestrado em Educação e Sociedade

Orientadora:
Doutora Maria João Pena, Professora Auxiliar
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2024

Para a minha avó Maria,
o exemplo de força.

Agradecimentos:

Com o fim de mais uma etapa quero começar por agradecer com quem me fui cruzando ao longo deste caminho.

Em primeiro à minha orientadora, a Professora Doutora Maria João Pena, tanto pela sua orientação como pelo incentivo que me foi dando ao longo desta etapa como ao longo da licenciatura.

Aos entrevistados por terem tido a disponibilidade de responderem às minhas perguntas e partilharem os seus conhecimentos comigo. Tornaram esta dissertação mais rica.

Às pessoas com quem me cruzei no mestrado, tanto colegas como professores que contribuíram para a minha aprendizagem, que ouviram as minhas inquietações e me apoiaram na escrita desta investigação. Um obrigada especial à Mafalda pelo incentivo e força.

Obrigada a todos os meus amigos e família pela força ao longo do meu percurso académico.

Um obrigada especial aos meus besties de sempre: Miguel, Marta, Luís e André. Por todo o apoio nestas e outras etapas. A vida teria menos piada sem vocês.

Ao Diogo, que não tenho palavras para o apoio e força. O Diogo tornou todo este processo mais leve e mágico, sempre com palavras de alento e apoio. Há sempre mais!

Ao meu irmão por toda a companhia que me fez e apoio que me deu nesta etapa.

À minha avó Maria pelo exemplo de força que deu ao longo de toda a vida. Nunca percebeu bem o que é uma dissertação, mas disse para eu ter força neste meu trabalho de escriturária.

Por último, aos meus pais, pelo esforço e toda a dedicação que tiveram para ser tudo aquilo que sou hoje. Obrigada por tudo, sempre.

Resumo:

A presente dissertação prende-se com a análise do sistema educativo enquanto espaço promissor para a criação de um Ecosistema de Inovação Social e do papel do assistente social como agente promotor do mesmo.

Ao nível da metodologia, optou-se por uma abordagem qualitativa e as técnicas usadas foram a realização de entrevistas e a posterior análise de conteúdo das mesmas. Os dados empíricos recolhidos resultaram de entrevistas de carácter semi-estruturado realizadas a sete especialistas nas áreas de análise (educação e serviço social) e a profissionais da área social a trabalhar em contexto educativo.

A análise das entrevistas evidenciou que existem sinais de Inovação Social nas escolas, quando analisadas as diversas dimensões da Inovação Social na Escola. Porém, existem algumas limitações ao nível do envolvimento e da participação da comunidade educativa.

“Contributos para a reflexão da Escola como um Ecosistema de Inovação Social” caracteriza-se assim como sendo uma análise das características da Escola e da intervenção social em contexto educativo, de forma a responder à pergunta de como pode a Escola ser um Ecosistema de Inovação Social.

Palavras-chave: Educação; Serviço Social; Inovação Social; Ecosistema de Inovação Social.

Abstract:

This dissertation focuses on analyzing the educational system as a promising space for the creation of a Social Innovation Ecosystem and the role of the social worker as a promoter of this ecosystem.

In terms of the methodology, a qualitative approach was chosen and the techniques used were interviews and subsequent content analysis. The empirical data collected resulted from semi-structured interviews with seven specialists in the areas of analysis (education and social work) and professionals in the social field working in an educational context.

The analysis of the interviews showed that there are signs of Social Innovation in schools, when analysing the various dimensions of Social Innovation in Schools. However, there are some limitations regarding the involvement and participation of the educational community.

'Contributions to the reflection of the School as an Ecosystem of Social Innovation' is thus characterized as an analysis of the characteristics of the School and of social intervention in the educational context, in order to answer the question of how the School can be an Ecosystem of Social Innovation.

Keywords: Education; Social Work; Social Innovation; Social Innovation Ecosystem.

Índice:

Agradecimentos:.....	iii
Resumo:	v
Abstract:	vii
Índice de ilustrações:	x
Glossário de siglas:	xi
Introdução:.....	1
Capítulo 1 - Enquadramento Teórico:.....	3
1.1- Inovação Social e Ecossistema de Inovação Social:.....	3
1.2- Inovação Social e Serviço Social:	8
1.3 – O Serviço Social e a Escola:	10
Capítulo 2- Enquadramento metodológico:	14
2.1 – Lógica e estratégia de investigação:	14
2.2 – Campo empírico:.....	14
2.3 – Técnica de recolha e tratamento de dados:.....	15
2.4 – Ética de investigação:	17
3 - Análise e discussão de dados:.....	18
3.1 – Identificação de características de Inovação Social no contexto educativo: ...	18
3.1.1 – Diagnóstico:	18
3.1.2 – Metodologias do assistente social na Escola:.....	19
3.1.3 – Envolvimento da comunidade educativa:	23
3.1.4 – Parcerias:.....	24
3.1.5 – Obstáculos à intervenção social:	25
3.1.6 – Lideranças e comunicação:.....	26
3.1.7 – Mudança social:	26
3.2 – Potencialidades e limitações dos Ecossistemas de Inovação Social em escolas:	27
3.2.1 – Potencialidades da Escola para a Inovação Social:.....	27
3.2.2 – Barreiras à Inovação Social:.....	28

3.2.3 – Papel do assistente social para a Inovação Social:	29
3.2.4 – Envolvimento da comunidade educativa:	30
3.2.5 – Transformação social:	31
3.3 – Discussão de resultados:	31
Conclusão:.....	35
Bibliografia:.....	39
Anexos:.....	44
Anexo A – Guião de Entrevista:.....	44
Anexo B – Consentimento informado:.....	46

Índice de ilustrações:

Tabela 1 – Caracterização da Amostra.

Glossário de siglas:

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

PSP – Polícia de Segurança Pública

NHACJR – Núcleo Hospitalar de Apoio à Crianças e Jovens em Risco

Introdução:

A presente dissertação de mestrado intitulada “Contributos para a Reflexão da Escola como um Ecossistema de Inovação Social” surgiu devido à crescente pertinência do tema e pelo facto de a Inovação Social e a Educação serem uma temática raramente analisada na literatura de forma conjunta (Giesecke e Schartinger, 2021).

Como ponto de partida, podemos dizer que a Escola é um espaço privilegiado de intervenção para a resolução de problemas sociais, tornando-se num espaço onde convivem estudantes com diferentes percursos e experiências de vida (Carvalho, 2018).

O desenvolvimento humano está ligado à educação, acabando a a Escola por ser igualmente um local em que os estudantes se desenvolvem como cidadãos. A Escola é, assim, o espaço onde os alunos aprendem a refletir e a desenvolver o pensamento crítico. Unir este processo de crescimento e aprendizagem à Inovação Social pode revelar-se útil na busca de outro tipo de respostas às questões sociais atualmente levantadas e a potencializar o desenvolvimento de cidadãos ativos.

Do cruzamento entre a Escola e a Inovação Social há potencial para surgirem métodos de trabalho mais criativos, eficazes e colaborativos, que integrem toda a comunidade escolar.

É do vislumbrar de novas respostas e formas de pensar os problemas sociais, resultantes da parceria entre a Escola e a Inovação Social, que surge a pergunta: “De que forma pode a Escola ser um Ecossistema de Inovação Social?”, tendo como principal objetivo analisar como pode ser fomentado um Ecossistema de Inovação Social no contexto educativo.

A partir daqui surgem três objetivos específicos: (i) definir um Ecossistema de Inovação Social, (ii) analisar as potencialidades do contexto educativo para ser um Ecossistema de Inovação Social e (iii) questionar qual o papel do assistente social neste processo, enquanto agente de Inovação Social.

De forma a responder aos objetivos acima mencionados, a pesquisa assumiu uma estratégia qualitativa, através da realização de entrevistas semi-estruturadas. O critério de seleção dos sete entrevistados prendeu-se com o conhecimento e experiência por estes demonstrados, nomeadamente no âmbito das áreas da Inovação Social, Serviço Social, e o contexto educativo. Os entrevistados constituem assim uma amostra não probabilística por acessibilidade.

A presente pesquisa inicia-se com o Enquadramento Teórico, dividido em três grandes grupos. O primeiro ponto teórico centra-se na exploração das temáticas de Inovação Social e Ecosistema de Inovação Social, onde são definidos ambos os conceitos, bem como as diferentes dimensões que formam a Inovação Social. O segundo ponto aborda a Inovação e o Serviço Social, e analisa a necessidade de inovação no Serviço Social. Nesta secção, reflete-se também a forma como pode a Inovação Social ser uma prática dos assistentes sociais, capaz de potencializar o *empowerment* dos sujeitos.

Por último, em termos conceptuais, analisa-se o Serviço Social na Escola, e o facto de esta ser um espaço privilegiado para a intervenção do assistente social.

Em seguida, apresenta-se o capítulo relacionado com o Enquadramento Metodológico, onde se descreve a metodologia utilizada para a investigação. Aqui surgem quatro subcapítulos: (2.1) lógica e estratégia de investigação, (2.2) campo empírico, (2.3) técnica de recolha e tratamento de dados e (2.4) ética de investigação.

No terceiro capítulo desta investigação, encontra-se a Análise e a Discussão dos Dados. No primeiro ponto identificam-se as características da Inovação Social no contexto educativo, através de diferentes dimensões. Em seguida, analisam-se as potencialidades e as limitações do contexto educativo para a implementação de Ecosistemas de Inovação Social.

Por fim, apresenta-se a conclusão do trabalho, onde se responde à pergunta de partida e aos objetivos definidos para a dissertação. Deixam-se igualmente reflexões para pesquisas futuras neste âmbito.

Capítulo 1 - Enquadramento Teórico:

No presente capítulo encontra-se o Enquadramento Teórico que vai dar o mote para o desenvolvimento da investigação realizada. Este capítulo está dividido em três subcapítulos: (1.1) Inovação Social e Ecossistema de Inovação Social; (1.2) Inovação Social e Serviço Social e (1.3) Serviço Social e a Escola.

1.1- Inovação Social e Ecossistema de Inovação Social:

A capacidade de inovação está associada à alteração e/ou melhoria de algo estabelecido, ou à introdução de novos elementos (IAPMEI, 2016). A inovação surge assim por via de um processo deliberado e planeado, tendo em vista a obtenção de resultados eficientes que facilitem o dia a dia (Jesus e Azevedo, 2020).

Uma das vertentes da inovação é a Inovação Social, em que o foco reside na mudança social. Para que uma comunidade possa experienciar verdadeiras mudanças sociais, terão de ser criadas ideias com o objetivo de se alcançarem melhorias a nível social, e de se satisfazerem necessidades que não estão a ser respondidas pelo mercado (Mulgan et al, 2007). As novas respostas são dadas tendo por base a promoção da ideia de inclusão, através do envolvimento de toda a comunidade.

A Inovação Social e as questões relativas à sua implementação e correspondentes resultados têm vindo a ser analisadas ao longo dos últimos anos. Num estudo realizado por Correia e Machado (2021), através de uma análise qualitativa de cento e cinquenta e um artigos na área da gestão, concluiu-se que a Inovação Social é um conceito muito plural, mas que existem bases partilhadas com capacidade para gerar um entendimento do conceito.

A principal base partilhada na formação do conceito de Inovação Social é a missão social. Esta surge como um dos principais objetivos a concretizar com a Inovação Social, defendendo-se, para isso, o desenvolvimento de uma visão crítica da sociedade e o desejo de mudar (André e Abreu, 2006). Por norma, existindo esse desenvolvimento, acabam por ser criadas ideias para a resolução de um qualquer problema social, de uma forma mais eficaz, sustentável e justa para a sociedade, com o objetivo de atingir a mudança social.

Num estudo de caso, realizado com o intuito de se analisar um modelo de negócio inovador para o alcance da Inovação Social (Carayannis et al, 2021), concluiu-se que a característica mais importante para o modelo de negócio ideal é a já mencionada missão social. No estudo, demonstrou-se que as parcerias criam valor ao negócio e, para estas

existirem, é necessária a manutenção de um Ecossistema de Inovação Social, onde os diversos atores possam participar ativamente.

Outra questão importante para a Inovação Social é a territorialização das suas dinâmicas e a forma como é feita a participação pelos atores. A Inovação Social mobiliza vários atores e serviços da comunidade, de forma a dar resposta às diferentes prioridades locais. Esta territorialização permite a criação de espaços de cooperação (Monteiro, 2019).

Em 2021, e no sentido do que acima já se deixou escrito, Mendes apresentou um estudo de caso em que os principais objetivos envolviam (i) a análise das interações entre os atores e os ambientes de inovação e (ii) a compreensão dos conceitos de inovação e ecossistema de inovação. Os resultados obtidos desenvolveram a ideia de que a inovação está ligada à difusão de conhecimento.

Nesta sequência, há uma maior facilidade de se atingir inovação quando as redes de parcerias de inovação são mais sólidas. O autor concluiu também que um ambiente de inovação propícia uma interação entre os diversos atores, e a mobilização da comunidade.

O tipo de liderança adotada, sendo um dos pontos essenciais na análise da Inovação Social, terá de ser orientado para a missão social, em benefício de uma melhor definição de estratégias para a resolução de problemas apresentados e a correspondente resposta às necessidades sentidas.

Assim, uma liderança com o foco na missão social envolve os diferentes atores na tomada de decisão (Monteiro, 2019), como comprova um estudo de caso realizado em 2023 (Vieira et al), com base num programa brasileiro de cisternas em escolas, que analisa a governança participativa enquanto fator chave para o processo de Inovação Social. Este estudo reforça a importância da existência de uma estrutura em rede coesa, onde as ideias dos diversos atores possam ser refletidas na aplicação do referido programa. Os autores defendem a segmentação de diferentes níveis de participação e de poder de decisão, mas sublinham a necessidade de existir uma figura/instituição que coordene e una os diversos participantes.

Quanto a esta necessidade de coordenação e de gestão, existem determinadas características específicas que favorecem a Inovação Social, tais como: a adoção de lideranças democráticas, equipas autónomas, trabalho digno, boa gestão e

transparência financeira (Parente et al, 2014). Veja-se agora cada um dos conceitos acima referidos.

Estamos perante uma liderança democrática quando as estruturas organizacionais impulsionam a difusão do sentimento de partilha e de ajuda mútua entre as diferentes funções. Em relação às equipas autónomas, estas facilitam os fluxos de comunicação aquando da organização do trabalho, e exponenciam a cooperação entre os envolvidos. Uma boa gestão é aquela que defende e promove o trabalho digno, através do reconhecimento do seu desempenho dos trabalhadores que tem a seu cargo. Tudo isto conflui assim num ambiente onde as pessoas saem valorizadas e em que, conseqüentemente, se desenvolvem a longo prazo.

No que diz respeito à gestão financeira, esta é um indicador de Inovação Social quando se conseguem gerir recursos e diversas fontes e quando, para além do mais, existe transparência nesta gestão na fase de definição de estratégias a adotar com os parceiros. Outro ponto importante é a gestão do capital social através da mobilização de redes.

Realça-se que a Inovação Social pode também surgir em vários locais e/ou setores. Por norma é impulsionada por um grupo de pessoas, ou está ligada a um certo movimento ou organização (Mulgan et al, 2007). Contudo, para além de poder ocorrer em qualquer setor, tem também a capacidade de se mover entre setores. Por outras palavras, a Inovação Social pode surgir em qualquer tipo de espaço. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que estejam reunidas um conjunto de características.

Em 2007, Farfus e Rocha, apresentaram uma série de fatores que, estando verificados, conseguem concretizar e impulsionar uma Inovação Social. Os fatores, por estes autores enunciados, estão relacionados, em primeiro lugar, com a necessidade compromisso de missão centrada na transformação social, através da criação de um espaço propício ao diagnóstico das necessidades sociais. Em segundo lugar, é fundamental o desenvolvimento de ideias inovadoras com relevância, eficácia social e que sejam sustentáveis tanto a nível social, ambiental e económico. Em terceiro e último lugar, é importante criar-se um ambiente organizado, sistematizado e que tenha acesso a novas tecnologias.

Todos estes elementos culminam na fomentação de um processo pedagógico que favorece todas as pessoas envolvidas, permitindo o diálogo e a difusão de diversos saberes, bem como a participação dos intervenientes em todas as fases da inovação.

No que toca especificamente à partilha e difusão de saberes, num estudo de caso publicado este ano (Cobo-Gómez, 2024), investigou-se a ligação que se estabelece entre as universidades e a Inovação Social através de parcerias colaborativas com a comunidade. O estudo reforça a importância das relações de coprodução para o sucesso dos projetos de Inovação Social, através da partilha de conhecimentos técnicos e da transmissão da sabedoria apreendida pelas diferentes comunidades.

Sublinha-se novamente que não ocorre Inovação Social sem que exista uma cultura inserida num contexto favorável à partilha de conhecimentos. Para que surja Inovação Social, é preciso que estejam reunidas todas as condições para o efeito. É mais propício o surgimento de Inovação Social em locais onde o risco de acontecerem os piores cenários consegue ser contido, e em que as expectativas sejam cuidadosamente geridas. Neste cenário existe, tendencialmente, uma gritante falta de respostas por parte dos serviços existentes, mas também, em contraste, um maior envolvimento e poder de escolha dos utilizadores dos respetivos serviços (Mulgan et al, 2007).

As limitações encontradas à Inovação Social e à propagação de ideias socialmente inovadoras giram em torno da limitação dos recursos existentes, da existência de regulamentações excessivas e burocráticas, da incerteza no financiamento de projetos e da falta de integração da Inovação Social nos currículos académicos (Howaldt et al, 2016).

Existe uma inflexibilidade em relação à mudança, defendendo-se por um lado, que as mudanças só podem surgir a partir do topo da cadeia das instituições/comunidades e, por outro, que existe um comprovado receio de colocar os utilizadores dos serviços em situações ainda mais vulneráveis (Nandan e London, 2014). Outro dos entraves à Inovação Social está relacionado com a elevada rotatividade dos trabalhadores e a subsequente falta de competências nas áreas de gestão.

A fraca aposta na Inovação Social acaba também por limitar o financiamento existente, estando ligada à crescente falta de incentivos, redundando-se, desta maneira, num desenvolvimento de quadros regulamentares que não potencializam a Inovação Social (Schröder et al, 2017).

Contudo, as próprias barreiras à Inovação Social podem acabar por ser, em sentido contrário, impulsionadoras da inovação. As barreiras, sendo vistas como problemas criados nos serviços, podem, na verdade, incentivar a procura de respostas a esses mesmos problemas, acelerando assim o processo de Inovação Social.

Um ambiente socialmente inovador pode contribuir para uma maior colaboração entre os diversos setores e para um incremento da mobilização da sociedade civil na procura de soluções para os seus problemas (Schröder et al, 2017). Neste sentido, podemos pensar na formação e desenvolvimento de Ecossistemas de Inovação Social que permitam cumprir estas metas.

Os ecossistemas de inovação são estudados em diversos contextos, o que resulta no aparecimento de variadas definições do seu conceito, criadas por autores pertencentes a áreas distintas (Namba, 2006; Sawatani et al, 2007; Guo, 2009 e Jin-fu, 2010). Tendo por referência os autores mencionados *supra*, pode entender-se como ecossistema de inovação uma estrutura que promove a inovação (Namba, 2006). É um sistema dinâmico de instituições e pessoas, onde surgem diversos atores com papéis distintos (Jin-fu, 2010). Os públicos-alvo são envolvidos na criação da inovação e integrados numa estrutura em rede (Sawatani et al, 2007). Estes ecossistemas pretendem seguir metodologias ecológicas, que alcancem resultados sustentáveis para o meio ambiente (Guo, 2009).

Partindo do pressuposto que o conceito de ecossistema de inovação é aplicável num contexto com problemáticas sociais, este permitiria desbloquear o potencial de inovação e aumentar as possibilidades de a comunidade encontrar mais e melhores soluções para os seus problemas sociais, que são cada vez mais complexos aos dias de hoje (Schröder et al, 2017).

Um Ecossistema de Inovação Social seria assim um ambiente propício a alcançarem-se melhores respostas aos desafios sociais sentidos. Deste modo, existiria uma mobilização, tanto dos atores sociais como da comunidade, orientada para a satisfação das necessidades existentes e para a resolução dos problemas sentidos. O foco estaria sempre nos indivíduos e nos seus problemas como um todo, construindo-se uma visão holística.

Como já se referiu, o ambiente de Inovação Social favorece a utilização de metodologias focadas na capacitação e no *empowerment* da comunidade, tornando os cidadãos mais ativos e atentos à vida cívica.

No que toca às estruturas organizacionais, procuram-se lideranças cada vez mais democráticas, que incutam responsabilidades partilhadas nas diversas redes disponíveis. A partir destas melhorias, permite-se a simplificação do trabalho em rede,

através da colaboração de equipas autónomas, onde se privilegiem momentos de partilha de conhecimento.

Em suma, a Inovação Social e os Ecossistemas de Inovação Social caracterizam-se, de forma similar, pela sua forte missão social, pautada pela prossecução da mudança social através da inclusão social. Os processos de Inovação Social são potenciados por ambientes favoráveis à mudança e à aprendizagem, e pela prática de lideranças democráticas.

1.2- Inovação Social e Serviço Social:

O Serviço Social é uma disciplina académica e uma profissão de intervenção que promove o desenvolvimento, a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da Pessoa. Os seus princípios norteadores são os da justiça social, do respeito pelos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e da promoção da diversidade. O Serviço Social é sustentado pelas suas teorias, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas (IFSW e IASSW, 2014).

Num mundo em constante mutação, o Serviço Social tem de acompanhar as mudanças na sociedade, e desenvolver a capacidade de influenciar a agenda política e social. O seu objetivo central passará por, necessariamente, virar o foco para o debate de questões relativas à cidadania e desigualdades sociais. Esta transição apenas se conseguirá alcançar caso o Serviço Social tenha a capacidade e autonomia para assumir um papel significativo na definição das suas prioridades, envolvendo a garantia da equidade, qualidade de vida e a integração social de todos (Albuquerque, 2014).

Por outras palavras, o Serviço Social é uma área científica que se propõe a envolver as pessoas com as estruturas sociais existentes, de forma a conseguir dar resposta aos desafios presentes na sociedade e a promover o bem-estar social.

No entanto, também a inovação desempenha um papel fulcral neste processo, dada a inevitabilidade da renovação pelo Serviço Social das suas competências e práticas. Esta necessidade surge não só pela referida constante transformação da sociedade, mas também pelo facto de existirem situações em que os princípios pelos quais o Serviço Social se rege não são devidamente cumpridos (Parpan-Blaser e Hüttemann, 2019). O assistente social tem, assim, de estar atento a problemas sentidos com diferentes expressões e complexidades (Jesus, 2019).

O Serviço Social, caso desenvolva uma visão analítica da sociedade, estará em condições de criar estratégias para a construção de respostas alternativas, sustentáveis e justas a nível social e económico, para fazer face aos problemas experienciados pela

população. Deste modo, entende-se que a inovação é o caminho para se encontrar o tipo de soluções acima mencionadas, munindo assim o Serviço Social de outro tipo de ferramentas para a pesquisa e compreensão das necessidades sentidas (Albuquerque, 2014).

Neste seguimento, entende-se que o surgimento de práticas inovadoras são o resultado da combinação entre uma maior capacitação, reflexividade e empreendedorismo. Na sua gênese, as práticas inovadoras são próximas das comunidades, desconstruem os problemas existentes e oferecem respostas alternativas. Este tipo de práticas está ligado à promoção do desenvolvimento e à criação de novos bens e serviços, utilizando metodologias participativas que resultem numa cidadania ativa. Como sublinha Mouro (2014: 48), as práticas inovadoras “traduzem-se no desenvolvimento de competências sociais que conduzam a uma mudança quer ao nível da realidade do sujeito, quer ao nível do contexto social onde o mesmo se insere”.

Segundo Fernandes (2020), as alterações e as inovações planeadas pelo assistente social devem focar-se na busca de novos conhecimentos e metodologias de intervenção. A deontologia profissional tem de ser vista a partir de um ângulo diferente, devendo ser promovido o uso de novas tecnologias como suporte à ação do assistente social. Este deve também desenvolver respostas que permitam às pessoas, adquirir uma maior autonomia e, em particular, aos intervencionados, uma maior vocalização das suas opiniões e problemas. Assim se reflete o papel influenciador da Inovação Social nas práticas de um assistente social.

Pode assim caracterizar-se a Inovação Social como sendo um conjunto de práticas profissionais pós-modernas, numa extensão cultural neoliberal (Jesus, 2019). Estas práticas têm como pontos de referência as necessidades sociais e o bem-estar da população, sempre a partir da devida contextualização das problemáticas. A maior finalidade das práticas acima mencionadas é a autodeterminação, de modo a alcançar-se uma cultura de cidadania ativa através da alteração da norma (Mouro, 2014).

A Inovação Social enquadra-se, deste modo, num modelo de intervenção comunitária. A par dos objetivos descritos no parágrafo *supra*, as práticas que constituem a Inovação Social pretendem ainda fomentar a envolvimento de toda uma comunidade, na tentativa de ser construída uma solução que resulte no desenvolvimento social e humano (Mouro, 2014).

Em suma, este conjunto de práticas pretende a mudança social, enquanto resultado do desenvolvimento das competências dos indivíduos. A Inovação Social não tem um carácter assistencialista, mas sim pedagógico. Esta sua natureza cumpre-se por via de uma maior consciencialização das comunidades para os seus direitos (Mouro, 2014).

Uma das principais formas de tornar uma prática socialmente inovadora é através do planeamento estratégico, que consiste na análise do mundo atual, mas também de possíveis problemas futuros, sendo uma análise feita junto e em conjunto com a comunidade. Este processo acaba por abrir portas a inúmeras possibilidades de se produzirem novas abordagens e estratégias para a intervenção do assistente social (Albuquerque, 2014).

No mesmo seguimento, espera-se que o assistente social contribua com a prática de novas abordagens e com a criação de projetos coerentes, para a adoção de uma visão integrada e integradora dos sujeitos de atenção (Jesus, 2019). O assistente social, para percorrer este caminho com sucesso, tem de promover a realização de diagnósticos participativos, o trabalho em rede, e o alcance de um conhecimento mais profundo da realidade e das respetivas dinâmicas das comunidades locais. Todo este trabalho culmina, idealmente, na transição de uma prática de resolução de danos imediatos para uma prática preventiva de resolução de danos, num contexto criativo (Albuquerque, 2014).

Em resumo, o Serviço Social depende, na sua essência, e para o sucesso das suas práticas, de uma constante renovação das suas formas de atuar, devido à imprevisibilidade do mundo atual. Esta transformação contínua do Serviço Social é assim, de forma nuclear, suportada pelo conceito e respetivos mecanismos de Inovação Social. No fundo, esta permite que o assistente social desenvolva uma intervenção mais próxima das comunidades, influenciando os cidadãos para uma maior autodeterminação, tendo como objetivo final a mudança social.

1.3 – O Serviço Social e a Escola:

Nos dias de hoje, a educação está no centro da sociedade, sendo cada vez mais valorizada a apreensão de conhecimento e o desenvolvimento de competências. Desta forma, a inserção social e a integração dos indivíduos na sociedade são facilitadas, no contexto atual, pela escolarização e aquisição das referidas competências. Apesar de existir um acesso em massa à Escola, nada garante que a mesma tenha a capacidade necessária para oferecer as mesmas oportunidades a todos os estudantes (Amaro e Pena, 2018).

Duarte (2018), descreve o conceito de Escola como sendo uma “*comunidade de comunidades*”, onde a diversidade de alunos e contextos está presente e é refletida na forma como os alunos estão e agem na Escola. Esta diversidade mostra que o acesso à educação não pode ser apenas garantido por via da previsão legal constitucional – a sua configuração como um direito universal – mas também através da construção de uma visão da Escola como sendo um espaço capaz de desfazer barreiras que não permitem a inclusão social de todos.

A Escola apresenta-se assim como um organismo complexo, onde está refletida a diversidade da sociedade (D’Almeida, Sousa & Ribeiro, 2018). As salas de aula tornam-se num palco que privilegia a manifestação dos mais variados problemas sociais, que acabam por ultrapassar a própria Escola. Este tipo de problemas requerem uma resposta mais complexa, que a Escola não consegue dar.

Ainda que o sistema de ensino se tenha massificado e democratizado, a Escola continuou a ter uma evolução rígida, despida de flexibilidade e inovação (D’Almeida, Sousa & Ribeiro, 2018). A referida manutenção de processos e velhas formas de atuar do sistema de ensino acabam por se refletir na prevalência de diversos problemas. A escola tende a ficar marcada pelo insucesso, absentismo, abandono escolar e pelo surgimento de comportamentos desviantes, uma vez que não consegue resolver todos os problemas que se desenvolvem no seu quotidiano.

Os problemas relacionados com o insucesso escolar são marcados pelas trajetórias de vida dos alunos, frequentemente influenciadas por questões de pobreza, exclusão social, negligência familiar, famílias multiproblemáticas e de trajetórias migratórias. O sucesso educativo dos alunos acaba por ficar comprometido pela bagagem de problemas sociais por estes trazida, e aos quais a Escola não tem capacidade para dar resposta.

Na sequência das problemáticas acima analisadas, entende-se que existe uma importante conexão entre a Escola e o Serviço Social. A Escola, sendo um local privilegiado para a intervenção do assistente social, contribuí para que este consiga construir respostas que venham de ao encontro com as necessidades sentidas pelos alunos (Diogo e Valduga, 2021). O assistente social, tendo um papel influente na Escola, humaniza o sistema educativo, contribuindo para que o direito ao acesso à Educação seja cumprido e aplicado a todos (Carvalho, 2018).

O assistente social intervém na escola com o objetivo de atingir os valores do Serviço Social, promovendo a mudança e o desenvolvimento social, a coesão, o

empowerment, e reforçando a autonomia dos indivíduos através dos princípios da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade (Sousa e D'Almeida, 2018).

A intervenção do assistente social na escola tem diferentes dimensões, repartindo-se pelo aluno, a sua família, a própria comunidade, a organização escolar e as políticas implementadas.

No que toca à intervenção junto do aluno, existem vários níveis de atuação. O primeiro nível centra-se na sensibilização e prevenção de comportamentos desviantes. O assistente social promove a prática de comportamentos saudáveis junto de toda a escola, sendo uma intervenção de natureza mais indireta.

O segundo nível foca-se na intervenção em grupos de alunos que se encontrem em situações de risco ou de insucesso escolar.

Por último, o profissional intervém de forma individual junto do aluno, através da gestão de casos, tendo uma intervenção direta (Amaro e Pena, 2018).

Por norma, é através da gestão de casos que entra a dimensão da família, que é um dos principais elementos influenciadores do desempenho escolar dos alunos. O assistente social envolve as famílias na sua intervenção, de forma a conhecer o ambiente familiar e as perspectivas das famílias em relação aos problemas sentidos pelos alunos. O objetivo último do assistente social é informar, dar recursos e voz às famílias, para que estas possam participar ativamente na educação dos seus filhos.

Deste modo, o assistente social torna-se o mediador do canal de comunicação na ligação aluno-escola-família. Através desta intervenção direcionada, o assistente auxilia a comunidade educativa numa melhor compreensão dos alunos e das suas dinâmicas familiares, fomentando uma maior envolvência dos pais no percurso académicos dos seus filhos (Amaro e Pena, 2018).

Relativamente à atuação na Organização que é a Escola, podemos afirmar que o assistente social está num local privilegiado para detetar problemas.

Na sua prática diária profissional, o assistente social, em conjunto com outros profissionais, desenvolve idealmente um trabalho interdisciplinar, em que se valoriza uma maior vertente preventiva.

Com a realização deste trabalho conjunto com outros profissionais da Escola, e fora da Escola, o assistente social e a restante comunidade estarão em condições de elaborar um planeamento estratégico para resolver questões como a indisciplina,

resolução de conflitos, a promoção de hábitos saudáveis, prevenção do bullying e discriminação.

Seguindo esta lógica de parceria, entramos na análise da dimensão da comunidade. O trabalho do assistente social na escola é articulado com os recursos da comunidade, de forma a desenvolver-se um plano conjunto de ação.

Este plano de ação é traçado em parceria com os atores sociais da comunidade, através da identificação das necessidades, objetivos e estratégias de intervenção (Amaro e Pena, 2018). A sua elaboração decorre em conformidade com os valores, ideias e características do território, as dinâmicas sociais e com o projeto educativo de cada escola (Vieira, 2018).

Por último, a dimensão política da prática profissional do assistente social está ligada ao compromisso que o Serviço Social tem com a justiça social.

De forma a ser bem-sucedido na sua abordagem, o assistente social tem de priorizar, no seio da sua intervenção, o alcançar de mudanças políticas nas instituições.

O assistente social na escola, em conjunto com a comunidade, tem de garantir a igualdade de oportunidades de acesso à educação para todas as crianças e jovens, sendo necessária uma ação política para a mudança social (Amaro e Pena, 2018).

Capítulo 2- Enquadramento metodológico:

O presente capítulo tem como objetivo explicitar a metodologia utilizada na investigação. Desta forma, o capítulo encontra-se dividido em quatro sub-capítulos, sendo estes: a lógica e estratégica de investigação; o campo empírico; técnica de recolha e tratamento de dados; e, por fim, a ética de investigação.

2.1 – Lógica e estratégia de investigação:

A presente investigação tem como objetivo refletir sobre a Inovação Social em contexto educativo. Esta reflexão é guiada pelo paradigma interpretativo, que busca compreender e dar significado (Coutinho, 2011) às práticas de intervenção social existentes nas escolas, com a finalidade de identificar sinais de Inovação Social. A escolha deste paradigma alinha-se à intenção de se conhecer as perceções dos indivíduos sobre a temática abordada ao longo desta dissertação.

Considerando a diversidade de dimensões da problemática em análise, optou-se por uma abordagem qualitativa. Este método é adequado para responder aos objetivos propostos, pois permite ter-se uma compreensão aprofundada dos significados e experiências dos entrevistados (Minayo, 2001), fundamentais para se entender a Inovação Social nas escolas.

As perceções dos sujeitos complementam a teorização da problemática, trazendo novas reflexões e pontos de vista, que são analisados de forma indutiva. O método indutivo, que parte de observações específicas para a construção de generalizações mais amplas (Gil, 2008), permite que as experiências pessoais e os contextos únicos de cada entrevistado sirvam como base para a formulação de conclusões que se aplicam ao fenómeno da Inovação Social na Escola. Assim, a análise indutiva possibilita a identificação de padrões e temas que enriquecem a compreensão da problemática em estudo, conferindo-lhe um carácter mais universal e generalizado.

2.2 – Campo empírico:

O universo entende-se por um conjunto de sujeitos que têm um conjunto de características e aspetos em comum (Fortin, 1999). Na presente investigação, o universo é composto por pessoas que conciliam conhecimentos e experiência adquiridos em contexto educativo e/ou em Inovação Social. Para a investigação foi escolhida uma amostra, representando um subconjunto do universo apresentado.

Para a seleção dos entrevistados foi utilizada uma amostragem não probabilística por acessibilidade, orientada pelos seguintes requisitos: (i) ser assistente social ou técnico social no contexto educativo ou (ii) ter conhecimentos teóricos aprofundados na

área da Educação, Serviço Social e Inovação Social. No total, foram realizadas sete entrevistas semi-estruturadas.

Os contactos para a participação no estudo foram feitos via e-mail e por telefone na última semana do mês de junho de 2024, tendo as entrevistas decorrido entre os meses de julho e setembro de 2024, tanto *online* como presencialmente, de acordo com a disponibilidade de cada um dos entrevistados. As entrevistas presenciais foram registadas em formato áudio e as online foram gravadas para a posterior transcrição das mesmas. As entrevistas tiveram uma duração média de 30 a 60 minutos.

Aplicados os critérios anteriormente enunciados, participaram três peritos académicos, dos quais um homem com 44 anos e 11 anos de experiência, e duas mulheres, com 48 e 36 anos, bem como 5 e 6 anos de experiência, respetivamente. Participou também uma animadora sócio-cultural, de 38 anos e com 6 anos de experiência e três assistentes sociais, todas mulheres, com 34, 52 e 43 anos de idade e 6, 12 e 5 anos de experiência em contexto educativo, respetivamente.

Tabela 1 – Caracterização da Amostra

Identificação	Género	Idade	Profissão	Anos de Serviço
E1	M	44	Investigador	11
E2	F	48	Investigadora	5
E3	F	38	Animadora Socio-cultural	6
E4	F	36	Investigadora	8
E5	F	34	Assistente Social	6
E6	F	52	Assistente Social	12
E7	F	43	Assistente Social	5

Fonte: Elaboração própria com base nas informações recolhidas nas entrevistas, 2024.

2.3 – Técnica de recolha e tratamento de dados:

As técnicas utilizadas foram as entrevistas semi-estruturadas e a posterior análise de conteúdo das mesmas.

Relativamente às entrevistas que permitiram a recolha de dados, foi escolhida a tipologia de entrevistas semi-estruturadas. A utilização de entrevistas tem como objetivo a análise de determinados aspectos da temática em estudo, de forma a complementar a investigação teórica realizada (Quivy e Campenhoudt, 1995). Em concreto, a realização de entrevistas semi-estruturadas oferece uma maior flexibilidade, pois utiliza-se a entrevista para se obter a informação e compreender-se, através das respostas dos entrevistados, a forma como estes analisam um determinado fenómeno (Batista et

al, 2017). Com a utilização desta tipologia de entrevistas, permitiu-se uma adaptação mais concreta do guião inicial de perguntas a cada um dos entrevistados e às suas diferentes experiências profissionais e pessoais.

Deste modo, foi construído um guião flexível, com base nos eixos centrais de investigação, concretizando-se em dois objetivos: definição de um Ecossistema de Inovação Social e a análise das potencialidades do contexto educativo para a criação de um Ecossistema de Inovação Social.

O ponto de partida do guião (anexo A) prende-se com a análise, por parte do entrevistado, das atuais problemáticas sentidas em contexto escolar, metodologias e estratégias utilizadas para a resolução de problemas. As questões inicialmente colocadas giram também em torno do tipo de parcerias que se formam em ambiente educativo e os respetivos contributos dados, do envolvimento dos beneficiários na construção de soluções e das principais dificuldades à intervenção social nas escolas.

Concluído o diagnóstico inicial, que permite chegar-se à definição de um Ecossistema de Inovação Social, o guião centra-se na análise das potencialidades que o contexto educativo apresenta para a criação de um Ecossistema de Inovação Social. Neste contexto, sucintamente, questiona-se sobre os principais desafios que a Inovação Social enfrenta nas escolas, as potencialidades do referido contexto para a fomentação da Inovação Social, os contributos do assistente social e o seu potencial transformador para a comunidade escolar.

Desta forma, por um lado, identificam-se os atuais problemas vividos em contexto escolar e as ferramentas que as escolas criam e utilizam para os resolver e, por outro, retrata-se o papel da Inovação Social nas escolas aos dias de hoje, e a forma como esta pode envolver os alunos e toda a comunidade escolar na definição e partilha de ideias socialmente inovadoras.

Após a conclusão da fase de entrevistas, realizou-se a análise de conteúdo. Esta técnica qualitativa permite organizar e interpretar as informações reunidas, com o objetivo de identificar padrões de temas e significados nos dados (Coutinho, 2011). A análise de conteúdo visa compreender a essência das respostas dos entrevistados, fornecendo informações para uma melhor compreensão da Inovação Social em contexto educativo.

A análise de conteúdo iniciou-se com a organização da informação tendo em vista a sua redução, possibilitando-se uma maior precisão na descrição e interpretação do fenómeno em estudo. Após a *data reduction*, seguiu-se a codificação dos dados, onde

foi possível a identificação de padrões de resposta, criando-se assim um sistema de codificação (Coutinho, 2011).

A codificação permite identificar os conteúdos chave para a análise e organizá-los em categorias que testam os objetivos do estudo (Coutinho, 2011).

Foram definidas as seguintes quinze categorias, distribuídas pelos dois objetivos da pesquisa. As categorias relativas à definição do Ecossistema de inovação social são as problemáticas, o diagnóstico, as metodologias, o planeamento, o envolvimento, as parcerias, a territorialização, os obstáculos, as lideranças, a comunicação e a mudança social.

Em relação às categorias relativas à potencialidade do contexto educativo para um Ecossistema de Inovação Social, estas prendem-se com as potencialidades, as barreiras, o envolvimento, o papel do assistente social e a mudança social.

2.4 – Ética de investigação:

A presente investigação rege-se pelos princípios orientadores que norteiam o Código de Conduta Ética na Investigação ISCTE-IUL (2020) a saber: honestidade, fiabilidade e rigor, objetividade, integridade e responsabilidade.

De forma a respeitar-se os princípios éticos que uma investigação assim o exige, foi enviado, em conjunto com os convites de participação, um documento referente ao Consentimento Informado (Anexo B). Explicitava-se, neste documento, as informações mais importantes relativas à dissertação: a apresentação da investigadora e da instituição onde está a desenvolver o mestrado, o nome da professora responsável pela orientação e os objetivos da pesquisa do estudo.

Sublinhou-se ainda, neste contexto, que a participação era estritamente voluntária, passível de desistência a qualquer momento, sem o entrevistado ter de apresentar qualquer tipo de justificação. Garantiu-se igualmente o anonimato e a confidencialidade das informações transmitidas em sede das entrevistas a realizar.

Estas informações e o pedido de gravação das entrevistas em formato áudio foram reforçados no início das entrevistas.

3 - Análise e discussão de dados:

No presente ponto da dissertação, parte-se para a análise de conteúdo das sete entrevistas realizadas, dividida em três momentos distintos: a sinalização de características de Inovação Social no contexto educativo e na prática do assistente social, a identificação de potencialidades e limitações da criação de um Ecosistema de Inovação Social em escolas e, por último, a discussão do conteúdo analisado.

3.1 – Identificação de características de Inovação Social no contexto educativo:

Para uma melhor análise deste ponto, é importante recordar-se as diferentes dimensões da Inovação Social. Como mencionado no ponto 2 do presente trabalho, a Inovação Social consiste na criação de soluções para problemas sociais de uma forma mais justa e sustentável. Esta cria valor social, favorecendo a sociedade como um todo (Monteiro, 2019). Deste modo, é expectável que a Inovação Social esteja dependente do reconhecimento real dos problemas, da intervenção de estruturas organizacionais humanistas, do envolvimento das comunidades e do reforço das parcerias.

3.1.1 – Diagnóstico:

A análise da Escola enquanto Ecosistema de Inovação Social parte da necessidade de se compreender que a promoção do sucesso educativo é uma meta intrínseca ao sistema escolar. Uma das responsabilidades da comunidade escolar é mobilizar-se de forma a serem encontradas as melhores soluções para os problemas específicos do contexto escolar (Verdasca, 2016).

Partindo da primeira pergunta do guião, quando os entrevistados são questionados sobre os problemas atualmente sentidos em contexto educativo, o E1 constata que *“as escolas não podem perder o foco [que é] de facto, a questão da aprendizagem (...) os problemas de aprendizagem podem ser muito variáveis”*.

Neste sentido, a Escola apresenta-se como sendo um *“microcosmo da sociedade”* (Sousa e D’Almeida, 2018: 187) dado que reflete problemas sociais que lhe são exteriores, mas que interferem e contaminam o sucesso das aprendizagens (Sousa e D’Almeida, 2018), como testemunhou o E1. Em termos concretos, os entrevistados enumeraram variados problemas que podem comprometer o sucesso educativo, nomeadamente questões relacionadas com a saúde mental dos estudantes (E1, E2, E3 e E4), mais ainda em voga a partir da pandemia da covid-19 (E4), questões económicas (todos), comportamentos desviantes (E4, E5, E6 e E7), problemas familiares (E3, E4, E5, E6 e E7), questões relativas ao abandono escolar e absentismo (E2, E3, E6 e E7),

e questões a envolver as dificuldades de integração sentidas por alunos oriundos de outros países (E2 e E5).

Todas as questões acima elencadas são profundas, complexas e que, para serem completamente compreendidas pela Escola, devem ser alvo de diagnóstico, que é uma fase identificada pelos Entrevistados como sendo necessária para uma melhor resolução dos problemas da comunidade estudantil: *“Acho que há muitas questões que precisam de realmente de um bom diagnóstico e penso que isso deve ser uma função central das escolas. Ou seja, tentar perceber objetivamente quais são as causas, quais são os bloqueios à aprendizagem”* (E1).

Este diagnóstico, é facilitado pelo facto de a escola ser um local privilegiado para a sua realização pois, como salientam os Entrevistados, existe uma grande proximidade entre os alunos e os técnicos (E2, E3, E5, E6 e E7):

- I. *“Temos [os técnicos] procurado ter uma relação de proximidade com os estudantes... para saber como está a sua situação”* (E2);
- II. *“No teu contacto diário com os alunos detetas essa necessidade e depois então procuras em equipa encontrar uma solução para essa problemática”* (E3).

Os entrevistados sublinham que, para além dos técnicos, os docentes têm também um papel fundamental no processo de diagnóstico, por partilharem da mesma proximidade com os alunos e as suas famílias, bem como por conseguirem identificar indícios do surgimento de certas problemáticas, encaminhando desta forma fichas de referência para os técnicos, num contexto de trabalho em equipa:

- i. *“Com o olhar do docente e do professor que está no contexto de sala de aula e está mais próximo do estudante, [este] consegue fazer aqui um diagnóstico das situações, estabelecendo uma relação de proximidade”* (E2);
- ii. *“Existe um formulário do GAAF de referência que os professores utilizam para preencher e é esse documento que nos chega”* (E7);
- iii. *“Colegas do exterior, de outros serviços, também sinalizam para a escola, mas essencialmente continuam a ser os diretos de turma, os educadores, os professores titulares, e tem-se vindo a verificar o aumento dos encarregados de educação a procurarem autonomamente o [nosso] serviço”* (E5).

3.1.2 – Metodologias do assistente social na Escola:

Olhando para a prática do assistente social em escolas, podemos identificar quatro níveis de intervenção, como explicado no primeiro ponto desta dissertação: (i) a

intervenção centrada no aluno, (ii) na família, (iii) na organização (a escola) e (iv) na comunidade (Amaro e Pena, 2018).

No que toca à dimensão aluno, os profissionais entrevistados realizam tanto um trabalho ao nível da escola, de grupos, mas também a título individual, ou seja, feito diretamente com o próprio aluno.

Quanto à intervenção em contexto de escola, os profissionais têm a oportunidade de desenvolver projetos e programas para dar respostas às problemáticas sentidas e acima identificadas (E2). A construção de projetos e intervenções envolve toda a comunidade educativa, desde a comunicação com os parceiros internos, até à integração de contributos de parceiros externos (E3).

Relativamente ao trabalho em grupo, os profissionais entrevistados concluem que o trabalho é desenvolvido tendo como objetivo a integração e interação dos estudantes, e também para servir de veículo a uma correta mediação dos conflitos que ocorrem em ambiente de recreio ou sala de aula:

- I. *“desde o início do ano letivo trabalhamos um bocadinho a integração com os alunos”* (E6);
- II. *“há um gabinete de mediação e que estão duas de nós (...) o principal objetivo deste gabinete, é quando o aluno se porta mal na sala de aula. O professor, quando a situação não está a correr bem, encaminha para a mediadora que está no gabinete e depois aí falamos com o aluno e percebemos o que aconteceu”* (E7).

O trabalho desenvolvido individualmente com o aluno passa pelo encaminhamento dos estudantes para outros serviços (E2 e E5) e pela promoção do sucesso educativo num formato semelhante a uma tutoria, para compreender o racional por detrás da organização do estudo pelo aluno (E5, E6 e E7). As entrevistadas E3 e E5 relembram, no entanto, que este trabalho acaba por ser realizado, em grande parte, por outros membros que constituem as equipas multidisciplinares das escolas, como os animadores socioculturais e os psicólogos:

- I. *“Eu [enquanto animadora] sou mais direcionada a trabalhar diretamente com o aluno, e através deles perceber como é que eles funcionam”* (E3);
- II. *“Eu [enquanto assistente social] estou mais direcionada para a parte das famílias, e as colegas estão mais com os alunos”* (E5).

Passando agora à intervenção realizada junto da família, esta centra-se na mediação feita entre a escola e a família (E4, E5, E6 e E7).

Neste contexto, o papel do assistente social é promover, junto das famílias, um ambiente de diálogo e bem-estar, para que estas se sintam como sendo parte ativa da comunidade escolar, como afirma a E4: *“Cabe ao serviço social fazer esta questão e esta ponte com a família. Trazer a família para a escola, muitas das vezes também é complicado, a família sentir que a escola não é um espaço para si... e trazer e fazer com que sejam parte integrante da comunidade escolar”*.

As questões tratadas diretamente com a família são, muitas das vezes, de carácter mais administrativo (E5). Quando são questões relacionadas com a integração de imigrantes (E5), absentismo escolar ou indisciplina (E4, E5 e E6), existe um trabalho realizado em conjunto com a família e o próprio aluno.

Olhando agora para o trabalho desenvolvido tendo como ponto de referência a organização que é a Escola, a E4 referiu que já existe a tendência, em algumas escolas, de permitir ao assistente social centrar o seu trabalho em questões de responsabilidade social interna, antevendo-se, desta forma, uma mudança no paradigma atual da intervenção do assistente social em contexto educativo:

“Tive algumas alunas a integrar escolas... e já com um foco bastante diferente, orientadas para a questão da responsabilidade social interna, tanto há uma atenção da escola em desenvolver mecanismos.... Contextos escolares privados e públicos, já com abordagens um pouco distintas, claro que sempre com este foque na mediação escola e família, mas também muito também virado para estas questões da responsabilidade social interna... ‘o que é que desejam os nossos professores? O que é que precisam os nossos professores?’”

Partindo-se agora para a análise dos modelos de trabalho adotados pelos assistentes sociais, as principais linhas teóricas de orientação são a teoria dos sistemas e o modelo ecológico (Sousa e D’Almeida, 2018). Nas entrevistas realizadas, os modelos mencionados pelos entrevistados foram o modelo sistémico (E2), o de intervenção em rede (E2, E3, E5, E6 e E7) e o modelo emergencial (E2, E3 e E5).

Quando questionado em concreto sobre a intervenção em rede e o seu potencial, o E1 afirmou que não era uma prática comum, mas que existe uma crescente tendência de abertura a este modelo de trabalho (E1). A E3 sublinhou que, na sua opinião, este é o único modelo viável de trabalho para se atingir a maior mobilização possível dos vários parceiros (E3).

Uma conclusão defendida de forma transversal por todos os entrevistados é a de que a dimensão da prevenção é uma componente muito valorizada na intervenção do assistente social.

No entanto, aos dias de hoje, a verdade é que a intervenção do assistente social continua a estar muito ligada à resolução de problemas do imediato (E5, E6 e E7), em detrimento de uma vertente mais preventiva do seu trabalho, dificultando a criação de novas estratégias.

Este défice de prevenção acaba por resultar em intervenções pouco estruturadas e rigorosas, uma vez que, mesmo quando existe algum tipo de planeamento, é feito de uma forma demasiado normativa, e apenas baseada nas crenças das pessoas, ignorando-se a importância da realização de um bom diagnóstico para a definição das melhores estratégias (E1):

“o que está em causa na maior parte das escolas não são bem estratégias. São visões que são muito amplas que acabam por não dar um contributo realmente e depois são ações que são muito normativas e definem uma solução para um problema porque alguém, um diretor ou algum coordenador, achou que era assim” (E1)

Apesar do cenário atual, os técnicos afirmam que o trabalho realizado está cada vez mais centrado na dimensão de prevenção, havendo uma maior sensibilização para os técnicos se focarem na adoção deste método de trabalho (E3, E5, E6 e E7):

- I. *“Neste momento é mais na resolução de problemas ou como nós chamamos ‘apagar os fogos’, o problema já aconteceu. Nós vamos lá tentar resolver. No entanto, estamos cada vez mais a tentar trabalhar na prevenção” (E3);*
- II. *“O que nós fazemos aqui na escola é muito isso, trabalhar na prevenção. Óbvio que há situações que nos chegam e nós já vamos remediar, não é? Mas o ideal é sempre trabalhar na prevenção, e a escola é o sítio perfeito para o fazermos” (E4).*

De momento, a utilização da vertente preventiva, na intervenção do assistente social, evidencia-se sobretudo na criação e execução de programas de competências sociais (E6).

Em suma, e como salientado anteriormente, está a existir uma mudança no tipo de planeamento escolhido pelos assistentes sociais (E1, E2 e E3). Este fenómeno explica-se, por um lado, pelo facto de o planeamento estratégico estar a ganhar cada vez mais adeptos e, por outro, pela circunstância de a comunidade educativa ter começado a

chegar à conclusão de que as antigas abordagens utilizadas não conseguem atingir os resultados que se necessitam para os problemas dos dias de hoje. É necessária uma visão mais abrangente dos problemas, que permita a definição de novas estratégias. (E1 e E3).

3.1.3 – Envolvimento da comunidade educativa:

O processo de envolvimento, tanto dos alunos como da restante comunidade educativa, continua a ser um dos maiores desafios para as escolas (E1, E2, E3, E4). As escolas têm cada vez mais reuniões e espaços de construção de ideias que promovam o envolvimento (E1 e E2), mas ainda existem limitações, que passam por questões hierárquicas, em que apenas são estabelecidas normas de ação (E1) e porque há a questão de espaços limitativos e por falta de interesse dos participantes:

- i. *“há muitas reuniões e tudo isso, há espaços de construção, só que muitas vezes de facto, são espaços minados de uma certa hierarquia. Os professores convidam os pais para irem a reuniões, mas muitas vezes é o professor a ditar tudo, ou seja, em vez de ser o professor a aproveitar a situação da reunião para dizer “ok, vamos discutir em conjunto e procurar estratégias” utiliza-se a reunião para o professor dizer que já se estabelecemos estas normas e agora queremos só informar que é isto que vai acontecer”* (E1);
- ii. *“envolvimento ainda é, digamos assim, o nosso calcanhar de Aquiles aqui.... Pelas duas situações, a falta de interesse para nomeadamente para alguns e outros também, encontrar aqui agenda que dê para todos participarem.”* (E2).

Nas entrevistas conduzidas foi abordado o facto de o grau de participação dos alunos e da restante comunidade na criação de projetos e de respostas para os seus próprios problemas estar dependente da abertura que as direções das escolas apresentam para essa mesma integração acontecer (E1 e E3). Este envolvimento apenas acontece quando as pessoas são convidadas a participar, como é o caso do conselho geral das escolas, e quando os diretores reúnem com os alunos (E1).

O assistente social apresenta-se como sendo um profissional que tem a capacidade mediar os diversos contextos e promover o envolvimento de todos na definição de estratégias (Ribeiro et al, 2018). A promoção do envolvimento da comunidade educativa está associada às boas práticas que devem nortear o trabalho realizado em escolas, tornando as novas gerações de assistentes sociais mais conscientes para este tipo de questões (E4).

A E5 afirmou que consegue envolver mais facilmente as famílias que acompanha: *“Sendo famílias que eu acompanho... é mais fácil para mim tentar que eles adiram... que eles participem. Porque... sabendo/conhecendo eu as famílias, há sempre uma maneira mais de os orientar e chamar a participar, mas não é fácil”* (E5). Outros entrevistados (E1, E3 e E4), reforçaram a tendência de o envolvimento das famílias ser ainda uma medida posta de parte. Isto explica-se pelo facto de as famílias não sentirem que pertencem à comunidade escolar, e pela forma como se organizam os espaços em que as famílias podem participar.

Noutra visão, os E6 e E7 afirmam que a falta de envolvimento, tanto das famílias como dos alunos, é resultado da desvalorização por estes sentida da parte da Escola. Para colmatar esta ausência de atenção, o crescente envolvimento dos beneficiários do Serviço Social passa muito pelo acompanhamento do dia a dia do aluno, desde a prestação de auxílio ao aluno na organização de um calendário de testes, até à verificação de, por exemplo, se este realizou os trabalhos de casa.

Quanto a uma maior envolvimento dos participantes na reflexão feita em torno dos problemas sentidos no contexto escolar, os entrevistados apontam práticas como diagnósticos participativos (E2 e E4), ou a adoção de formulários aplicados aos alunos no início de ano letivo, para o levantamento de problemáticas a serem intervencionadas ao longo do ano (E3), como sendo o caminho a seguir.

3.1.4 – Parcerias:

Em relação ao tipo de parceiros internos que estão envolvidos na intervenção social, os entrevistados deram um grande enfoque à equipa docente das escolas (E2, E3, E5, E6 e E7). Quanto a parceiros externos, foram mencionadas as unidades de saúde, as autarquias, a CPCJ, a PSP, o NHACJR, a Santa Casa da Misericórdia e a Caritas.

O E1 sinalizou também as organizações da sociedade civil e a forma como estas deviam ter um papel mais ativo no quotidiano das escolas, uma vez que são associações conhecedoras das comunidades, com outro tipo de dinâmicas preparadas para as envolver. Este tipo de associações acaba por ser, muitas das vezes, criado pelas próprias comunidades. O entrevistado defendeu ainda que tanto as organizações, como a Escola, sairiam a ganhar caso desenvolvessem uma relação de trabalho mais próxima, reforçando-se a proximidade das pessoas à escola e às organizações.

Um pouco em linha com o envolvimento das organizações da sociedade civil, a Escola não pode separar a parte social da parte pedagógica, sendo necessário à Escola desenvolver um trabalho que consiga incluir o território que tem à sua volta (Vieira,

2018). Os entrevistados 1 e 4 afirmam que é importante conhecer bem os problemas e o tecido comunitário e territorial que rodeia a Escola, para se conseguir estabelecer uma melhor relação entre a escola e a comunidade.

Contudo, sublinha-se a existência de problemas que, existindo na Escola, são o reflexo das desigualdades territoriais sentidas, devendo ser pensados consoante as dinâmicas existentes no território (E3).

Ao nível dos contributos dados pelos parceiros, os entrevistados referiram que estes surgem, predominantemente, em situações de emergência (E2, E6 e E7), em que é preciso dar apoio, mas também nas fases de implementação de projetos (E5).

A E3, ainda sobre este tema, abordou a questão de os contributos dados pelos parceiros serem contributos que, à partida, são vistos por estes como sendo necessários. No entanto, o que acaba por acontecer é um desfasamento entre uma intervenção que o parceiro acha que é necessária, e aquilo que a Escola realmente precisa naquela circunstância específica. Desta forma, a E3 defendeu que, para os parceiros obterem resultados positivos no auxílio que prestam às escolas, este devia ser mais prolongado no tempo:

- i. *“Sinto que trazem coisas [os parceiros] que eu acho que eles acham importantes para a escola. No entanto, não têm a certeza se faz falta ou não na escola”;*
- ii. *“Sinto que poderá ser um contributo com bons resultados se for um contributo constante. Tudo o que for de curta intervenção, não tem um grande impacto”.*

3.1.5 – Obstáculos à intervenção social:

Quando questionados sobre os obstáculos que se impõem à intervenção social, os entrevistados apresentaram como principal entrave o estigma associado à natureza da própria intervenção, ao técnico e ao seu trabalho desenvolvido (E3 e E5):

- i. *“Acho que é um bocadinho o estigma, temos de quebrar um bocadinho o estigma do que é uma intervenção social” (E3);*
- ii. *“Olha, por muito que seja estranho isto que eu vou dizer... é ainda... o estigma que há à volta da palavra “assistente social” (E5).*

As entrevistadas 6 e 7 abordaram a questão da desvalorização da Escola, tanto pelos alunos como pelos pais, constituindo um obstáculo ao sucesso educativo.

Outro entrave mencionado foi a falta de técnicos para um número tão elevado de alunos (E2), e o facto de serem obrigados a desenvolver o seu trabalho em condições bastante precárias (E4). Estes problemas podem ser ultrapassados através da desmistificação do estigma que existe relativamente à intervenção social, defendendo-se a prática de uma escuta ativa, e a compreensão daquilo que o outro sente em relação à intervenção que está a ser desenvolvida. O objetivo de fundo é o estabelecimento de uma relação de confiança entre o assistente social e os alunos, bem como com as respetivas famílias (E3 e E5).

Quanto à falta de interesse pela educação, os entrevistados afirmam que a melhor forma de se ultrapassar este problema é através do exemplo (E6) e do reforço positivo junto das famílias e alunos, quando os resultados da intervenção estão a ser positivos e a serem refletidos em sala de aula (E7).

3.1.6 – Lideranças e comunicação:

Quando questionados sobre as lideranças, os entrevistados afirmam que as direções das escolas estão preocupadas com o bem-estar dos alunos (E1, E2, E3, E5, E6 e E7). Sublinha-se, ainda assim, que as lideranças podem mudar o funcionamento das dinâmicas das escolas (E3), principalmente se o foco das direções for os resultados, em detrimento de uma visão mais humanística, com uma preocupação social de base (E2 e E4). As entrevistadas 3 e 4 reforçaram a diferença de um líder para um chefe:

- i. *“um líder não é um chefe, e quando tu és líder, acompanhas a pessoa a fazer, tu não mandas fazer”* (E3);
- ii. *“Temos líderes ou temos gestores? Que estão preocupados com métricas ou com a demonstração de resultados ou temos de facto líderes que inspiram? Que ... que *“lead by the example”* e que dão a partir do seu exemplo, inspiram toda a comunidade escolar...”* (E4).

As entrevistadas referiram igualmente que as direções possuem uma grande abertura para ouvir novas ideias, tanto dos alunos como de toda a comunidade educativa (E2, E3, E5, E6 e E7). Foi reforçada a ideia de estarem a ser postas em prática lideranças humanistas, sem traços de autoridade, (E3, E6 e E7), mas que é importante existir uma hierarquia, e que, as direções, em determinados momentos não deviam ser tão benevolentes (E6 e E7).

3.1.7 – Mudança social:

A intervenção social acaba por ter um potencial francamente positivo junto dos beneficiários, como defende o E1, que aborda a questão de a intervenção poder

construir respostas a problemas sistémicos. Atualmente, este tipo de problemas acaba por cair muito mais na esfera de atuação dos professores, ao invés de ser disponibilizado o apoio social que as problemáticas realmente necessitam.

Os E3 e E5 reiteraram, ainda, a importância da proximidade dos alunos e das famílias a esta rede de apoio social. A relação pode beneficiar muito de os alunos e as famílias conhecerem as equipas, e saberem que podem contar com elas. As E6 e E7 valorizam a hipótese de estas equipas serem vistas como um modelo para os jovens que buscam o seu apoio.

3.2 – Potencialidades e limitações dos Ecossistemas de Inovação Social em escolas:

3.2.1 – Potencialidades da Escola para a Inovação Social:

A Escola pode ser um ponto de partida para a Inovação Social, da mesma forma que a Inovação Social possui a capacidade para ser um caminho a percorrer na resolução de problemas sociais atualmente refletidos nas escolas, por via de métodos criativos, eficazes, colaborativos e inovadores (Batista e Helal, 2023).

Neste sentido, partindo da perceção que os entrevistados apresentaram em relação aos pontos fortes do ambiente escolar para a Inovação Social, os E1 e E3 identificaram, como sendo uma vantagem, o facto de as crianças e jovens passarem muito tempo na Escola (E1 e E3), uma vez que se trata de uma instituição em que as comunidades têm mais contacto, por todos passarem por ela (E1).

Os E3 e E4 configuram ainda a Escola como sendo um espaço privilegiado para promover o debate e a reflexão, com uma grande diversidade de pessoas (E3 e E6), e com um enorme potencial para aproveitar o facto de os alunos estarem numa idade em que são criativos (E3 e E4). Os E5, E6 e E7 voltam a reforçar, como algo positivo, a proximidade que se estabelece entre os técnicos e os alunos no dia-a-dia das escolas.

- I. *“Eu acho que tem muito potencial... aliás, isso até tem sido discutido ao nível do programa “Escolhas”, porque a verdade é que a realidade tem vindo a mudar... e nós sabemos que hoje em dia praticamente todas as crianças e jovens estão na escola... e estão na escola no dia a dia durante muitas horas por dia e além disso os próprios encarregados de educação numa parte grande da população adulta de uma certa comunidade... a escola é a instituição com a qual interagem mais” (E1);*
- II. *“Então, reúne pessoas, reúne muitas pessoas de diferentes origens... com diferentes necessidades... com diferentes desejos e... E com diferentes*

potencialidades e por tanto, acho que este é... acho que esta diversidade... coloca neste contexto escolar... é a riqueza deste contexto... a diversidade de trajetórias, de origens, de desejos, de necessidades” (E3).

3.2.2 – Barreiras à Inovação Social:

Diversos autores (Schröer et al, 2017; Nandan et al, 2015), apresentam como desafios à Inovação Social a resistência à mudança, a elevada rotatividade e precariedade dos profissionais, as situações de risco dos utilizadores dos serviços, a falta de financiamento e a falta de competência em gestão.

Relativamente à questão relacionada com os desafios à Inovação Social, os entrevistados foram de ao encontro das barreiras sinalizadas pela literatura, como a rigidez do sistema (E1), a existência de burocracia excessiva (E2), a falta de investimento financeiro e profissional ao nível da formação dos técnicos (E2), a necessidade de mudança de mentalidades (E3), a precariedade dos profissionais da educação (E4), o facto de a intervenção social estar ainda centrada apenas na resolução de problemas (E5) e ainda o facto de as famílias não valorizarem a escola e a educação (E6 e E7):

- i. *“O principal desafio é um bocado a rigidez do sistema, não é? Porque, pronto, porque a escola de facto, quer dizer, tem integrado um sistema de ensino e um digamos... uma estrutura administrativa que é bastante pesada... e muitas vezes essa estrutura cria entraves à inovação, porque tem muitas regras, muitos procedimentos” (E1);*
- ii. *“São vários, desde as questões burocráticas, não é? E também, eu acho que, é necessário um investimento nesse sentido... e não falo só no investimento financeiro, falo em investimento inclusivamente nos funcionários que trabalham na educação...eles também terem essa formação e essa sensibilidade, não é? Para atuar de uma forma mais inovadora e estarem mais abertos também para receber esse tipo, digamos assim, de iniciativas” (E2);*
- iii. *“Enquanto os professores... enquanto não estivermos num... esta... esta rede de profissionais que são centrais às escolas em condições precárias de trabalho.... é difícil desejarmos que os professores tenham motivação e que toda a comunidade escolar tenha motivação, também não é só professores que têm condições precárias de trabalho, os assistentes sociais que estão nas escolas têm condições precárias de trabalho, os psicólogos que estão nas escolas têm condições precárias de trabalho, e portanto... enquanto a*

mudança não vier de cima para baixo... acho que é difícil nós pensarmos sobre estas questões...” (E4).

3.2.3 – Papel do assistente social para a Inovação Social:

A Inovação Social é recorrentemente associada à realização de um trabalho conjunto, em que participam vários atores, associados a um conjunto de características e competências específicas. É expectável que os intervenientes sejam dotados de competências sociais, culturais e políticas, como a *advocacy*, e que tenham capacidade de mobilizar recursos humanos e financeiros para concretizarem os projetos idealizados (Westley, 2008).

Mas, para existir Inovação Social em contexto educativo, é fulcral que atores educativos, não tradicionais, associados à inovação educativa (Giesecke e Schartinger, 2021), como os assistentes sociais, também participem na construção de soluções.

Relativamente ao papel do assistente social na implementação de ideias socialmente inovadoras, é-lhe atribuído o papel de construção de uma boa rede de trabalho, exigindo-se que tenha a capacidade de sair da sua zona de conforto aquando da sua intervenção (E3).

Neste seguimento, o assistente social deve pugnar pela exigência de mais direitos para a comunidade escolar, tendo em vista a melhoria das condições de trabalho dos professores e técnicos sociais nas escolas (E4). O trabalho do assistente social deve passar, igualmente, por estimular a articulação com a comunidade e os seus serviços nos momentos de resolução de problemas (E4). A necessidade de se estreitarem laços estende-se às relações com escolas de diferentes territórios, e junto das famílias no dia-a-dia da escola (E4).

Por outro lado, é essencial trabalhar em conjunto com os alunos para se encontrarem as respostas mais eficientes (E3), tendo sempre em vista a prevenção de problemas (E5):

- i. *“Fazer parte da rede, eu tou muito no terreno, já faço parte dessa rede...” (E3);*
- ii. *“Então eu acho que o papel do assistente social, pode-se colocar a vários níveis, a várias ordens, acho que vai depender da tal do tal diagnostico social que o próprio fará. Quais são as necessidades principais daquela da escola, das pessoas que frequentam aquela escola, mas..., mas considerando a diversidade que a escola nos traz, acho que há um palco privilegiado para se pensar ecossistemas” (E4);*

- iii. *“Trazer os pais para a escola, acho que era importante. E também aumentar aqui um bocadinho o leque da comunidade, ou seja, das entidades da comunidade, que também acho que é importante”* (E5).

3.2.4 – Envolvimento da comunidade educativa:

Como mencionado anteriormente, a resistência à mudança é um dos entraves à Inovação Social e, nesta senda, questionou-se os entrevistados sobre a atual perceção que a comunidade escolar tem do conceito de Inovação Social.

Em relação à ideia de implementação de um Ecosistema de Inovação Social, reconhece-se que a comunidade escolar pode apresentar, inicialmente, alguma estranheza (E3) quanto a esta possibilidade.

No entanto, acaba por ser uma meta bem recebida por um lado, pelas famílias, que exigem inovação vinda da escola enquanto instituição (E1 e E5) e, por outro, pelos profissionais sociais e da educação, por serem tendencialmente mais abertos à mudança (E2):

- i. *“Até porque hoje em dia eu sinto que acho que aí a sociedade portuguesa evoluiu muito e noto até que, sobretudo da parte das jovens claro, mas de muitos pais... que quase reclamam isso da escola. Acham que a escola tem de ser mais inovadora, tem de ter uma intervenção diferente porque temos uma sociedade diferente e quer dizer... acho que há mais consciência disso hoje em dia. E isso também faz com que os projetos tenham boa aceitação por parte das escolas”* (E1);
- ii. *“Acho que inicialmente talvez seja estranho, mas quando começa a perceber que aquilo via acrescentar mais e que vai incluir mais... talvez faça a diferença”* (E3);
- iii. *“Eu acho que cada vez mais a própria estrutura escolar e os pais querem trazer algo de inovador para a escola”* (E5).

Espera-se que o modelo de Inovação Social tenha como principal característica a inclusão das populações na resolução dos seus próprios problemas, com impacto direto na criação de valor social (Bastos, 2016).

Os entrevistados sublinharam a necessidade de se fomentar, na sociedade portuguesa, a cultura da participação da comunidade educativa da Inovação Social na resolução de problemas (E1 e E2).

A Escola, sendo um local privilegiado para a promoção de uma cultura de envolvimento, acaba por ser o primeiro espaço onde as crianças e os jovens sentem ter uma voz própria (E2). O crescimento do envolvimento nas escolas passa pela criação de espaços mais informais, onde exista a partilha de ideias (E3, E4 e E5):

- i. *“Acho que deviam estar, que se devia criar essa cultura, mas acho que aí a sociedade portuguesa ainda está num estado um bocadinho mais reticente. Não há muita essa... não existe essa tradição e às vezes é um bocado olhada de lado”* (E1);
- ii. *“Eu acho que até era interessante haver um espaço não tão formal, porque estes espaços, quer queiramos quer não, são mais formais, mas era interessante até haver um espaço mais informal...onde os pais pudessem dar os contributos deles para a resolução de determinados problemas”* (E5).

3.2.5 – Transformação social:

Ao nível da transformação das escolas e da criação do valor social, os entrevistados olham para a Inovação Social como sendo um meio que permitirá reenquadrar a educação enquanto fenómeno, e promover a mudança no sistema educativo (E1, E2, E4 e E5).

A Inovação Social vai auxiliar igualmente os estudantes a alcançarem um maior sucesso escolar, bem como a desenvolverem competências sociais (E3 e E5).

Em suma, os entrevistados olham para a Inovação Social nas escolas como algo positivo para a solução de problemas sentidos em contexto escolar tendo, no entanto, de se percorrer ainda um longo caminho para um integral envolvimento da comunidade educativa neste processo.

3.3 – Discussão de resultados:

A Escola é um espaço onde se manifestam as mais variadas problemáticas, como tem sido abordado ao longo desta investigação. Como supramencionado, é necessária a mobilização da comunidade educativa para a resolução dos problemas identificados (Verdasca, 2016), e uma das formas de a conseguir é através da Inovação Social.

A Inovação Social na Escola torna-se assim um meio para atingir a capacitação dos sujeitos, permitindo-lhes alcançarem a cidadania plena (Giesecke e Schartinger, 2021). Espera-se que a presença da Inovação Social nas escolas fomente o envolvimento de vários atores educativos que não sejam apenas os tradicionais, que dê resposta às necessidades sociais não satisfeitas, e que forneça soluções mais eficazes. Em suma,

a Inovação Social contribuirá para a capacitação das comunidades educativas, tendo em vista o assumir de novos papéis e novas práticas (Giesecke e Schartinger, 2021).

Feita a análise do conteúdo das entrevistas, uma das primeiras conclusões que podemos retirar é de que já existem pequenos sinais de Inovação Social nas escolas portuguesas. Desde logo, na forma como as problemáticas são diagnosticadas, na intervenção dos técnicos sociais nas escolas, no tipo de planeamento adotado, na forma como é feito o envolvimento de toda a comunidade escolar, e nas lideranças.

No que toca ao diagnóstico, foi mencionado pelos entrevistados o envolvimento dos professores na identificação das problemáticas, o que representa o começo do envolvimento de outros parceiros internos no diagnóstico que não os tradicionais. Duas entrevistadas (E2 e E3) referiram que nos seus locais de trabalho são realizados diagnósticos participativos, uma prática que constitui a promoção de uma intervenção socialmente inovadora, como mencionada por outros entrevistados (E1, E2 e E4).

Ao nível da intervenção dos profissionais, uma das entrevistadas (E4) constatou o facto de já existirem escolas em que se começam a alterar os paradigmas da intervenção. A entrevistada descreveu casos de escolas em que a intervenção do assistente social já se centra em questões tendo em vista o aumento do bem-estar de quem trabalha na escola, adotando uma intervenção mais sensibilizada para a responsabilidade interna. Esta consciencialização do bem-estar das pessoas que trabalham na Escola contribui para uma maior dignidade do trabalho desenvolvido e para o surgimento de uma cultura focada nas pessoas e no seu crescimento pessoal. Estes são desenvolvimentos que, por si só, são sinais de Inovação Social (Parente et al, 2014).

Outra questão que potencializa a Inovação Social é o trabalho em rede (Parente et al, 2014), um modelo utilizado na prática quotidiana pelos profissionais entrevistados. No entanto, denota-se nos testemunhos recolhidos que existem ainda algumas limitações nesta prática, tanto na relação com a rede de parceiros já existentes, como pela falta de diversidade de parceiros que estejam mais próximos da comunidade.

Em relação ao planeamento, começa a surgir uma pequena mudança no tipo de planeamento adotado, motivada pela preocupação crescente em relação às questões da prevenção, como demonstrado pelos entrevistados. No entanto, continua a existir um grande vazio na definição de estratégias nos processos de planeamento, e uma fraca participação da restante comunidade escolar.

O crescimento da presença da Inovação Social é mais visível em locais de escuta e de conversa (Mulgan et al, 2007). Os entrevistados são da opinião de que existem cada vez mais espaços de construção, ainda que com algumas limitações, e uma maior abertura por parte das direções para ouvir os alunos. Os entrevistados deixam claro que, apesar de tudo, há ainda uma lacuna no que toca ao envolvimento dos alunos e famílias.

Os entrevistados identificaram também alguns fatores potenciadores de Inovação Social, relacionados com a proximidade existente entre a comunidade e a Escola.

Foi dado como exemplo de ponto forte o facto de as crianças passarem muito tempo na escola, sendo esta uma das instituições públicas com que a restante comunidade tem mais contacto. Os entrevistados referiram ainda que existe uma grande proximidade entre os alunos e os profissionais das escolas. Em sentido inverso, continua a sentir-se uma falta de envolvimento e de desenvolvimento de práticas que estimulem a participação de todos.

Este contra-senso entre existir uma grande proximidade entre alunos e professores, que acaba por não se traduzir em iniciativas que contem com a participação de todos faz-nos questionar de que forma é que esta proximidade é realmente aproveitada.

Na realidade, a capacidade de criar ideias socialmente inovadoras numa escola passa muito por se construir um sistema educativo em que se incentive o cuidar, o pensamento crítico e a criatividade (Biggeri et al, 2017). Os entrevistados identificam também como algo positivo o facto de a escola ser um espaço privilegiado para a promoção do debate e a reflexão pelos alunos, que passam pela escola numa idade em que são bastante criativos. Desta forma, reforça-se a ideia de que a escola tem potencial para ser um local que fomenta a inovação social, desde que o sistema de ensino tenha uma abordagem flexível.

Em jeito de balanço, os entrevistados acabaram por identificar mais barreiras do que pontes fortes no contexto educativo para o surgimento de Inovação Social nas escolas. As barreiras identificadas pelos entrevistados são as mesmas que a literatura enumera quando se abordam as limitações dos processos de Inovação Social.

Relembra-se que as barreiras passam pela rigidez do sistema instituído na Escola, em que os procedimentos internos são demasiado robustos e burocráticos. Em contrapartida, os desenvolvimentos sentidos em contexto escolar são lentos, uma vez que falta uma muito necessitada mudança de mentalidades de quem trabalha nas escolas. Este transfigurar de condutas apenas será possível quando existir um real

investimento financeiro, que seja alocado à formação da comunidade educativa e que contribua para o fim da precariedade dos profissionais da educação, problemas estes também identificados pelos profissionais.

A fraca valorização das famílias pela Escola constitui outra barreira identificada pelos entrevistados, sendo um reflexo da falta de envolvimento na escola. Tudo isto contribui para a pouca participação e um vazio ao nível de espaços em que possa, de facto, existir a partilha de ideias e de formas inovadoras de pensar nos problemas.

Por último, foi identificado como problema o facto de a intervenção social estar muito centrada na resolução de problemas, em detrimento de promover uma intervenção mais centrada na prevenção. Apesar de os entrevistados identificarem melhorias a este nível, afirmam que existe ainda um longo caminho a percorrer para a concretização desse objetivo.

Questionados sobre o papel do assistente social na promoção de um Ecosistema de Inovação Social nas escolas, os profissionais salientam a importância de uma boa rede de trabalho, constituída por toda a comunidade e restantes serviços existentes, como empresas do território. Os entrevistados sublinharam ainda que é necessário realizar-se um trabalho articulado com os alunos e as respetivas famílias.

Os profissionais priorizam ainda a exigência de mais direitos para a comunidade escolar, de forma a fomentar o bem-estar de todos os que trabalham na Escola.

Por fim, os entrevistados concluíram que a criação de um Ecosistema de Inovação Social em escolas seria algo positivo e que poderia ajudar no processo de mudança no sistema de ensino, algo há muito ansiado por alunos e famílias

No entanto, deixaram claro que, para existir um ecossistema de Inovação Social sólido em escolas, terão de existir profundas mudanças, que não são realizadas de um dia para o outro. Como afirma Castor (2007), não se pode catalogar uma experiência de Inovação Social como sendo algo bom ou mau, sendo expectável que seja um processo contínuo de desenvolvimento.

Conclusão:

Ao longo desta dissertação, procurou-se investigar a Inovação Social no contexto educativo, na ótica de se encontrarem possíveis sinais e dimensões na Escola que nos remetessem para a implementação de um Ecossistema de Inovação Social.

É importante salvaguardar que a Inovação, ou até mesmo a Inovação Social, não são algo necessariamente novo. Alguns entrevistados também sublinharam esse ponto, quando questionados acerca da Inovação Social na Escola.

Partindo da ideia acima referida, tentou compreender-se, através do estudo das dimensões da Inovação Social, que tipo de indicadores podem existir como sinais de Inovação Social nas escolas em resposta às necessidades sociais sentidas.

A partir da recolha da perceção dos entrevistados, abriu-se caminho à exploração dos pontos fortes e fracos que a Escola tem para a criação de Ecossistemas de Inovação Social. Nesta senda, analisou-se também de que forma os assistentes sociais podem fomentar a criação destes mesmos Ecossistemas de Inovação Social.

De forma a responder ao primeiro objetivo da dissertação, define-se um Ecossistema de Inovação Social como sendo um local/ambiente propício ao surgimento de Inovação Social.

Este ambiente tem o seu foco principal na mudança social, com o objetivo de capacitar e promover o *empowerment* nas comunidades. Neste contexto, é esperado o envolvimento de vários atores sociais, e dos restantes elementos da própria comunidade, de forma a satisfazer e dar respostas às necessidades sentidas.

Quando pensamos na Escola, centramo-nos no seu principal foco: as aprendizagens dos alunos.

As aprendizagens podem ser académicas, mas também centradas no desenvolvimento dos alunos como cidadãos ativos na vida cívica. Se pensarmos que a Escola capacita os seus alunos, esta torna-se num possível Ecossistema de Inovação Social.

A ideia da Escola como um Ecossistema de Inovação Social só poderá, no entanto, concretizar-se de pleno, se tivermos presente as seguintes características: o diagnóstico das problemáticas, o grau de envolvimento, o tipo de metodologias utilizadas, a rede de parceiros existentes, a sua estrutura organizacional e a existência (ou não) de um ambiente favorável à mudança.

Com os resultados obtidos da entrevista, podemos identificar que os diagnósticos realizados estão a ganhar uma dimensão mais participativa.

Por outras palavras, há uma verdadeira tentativa para os alunos estarem envolvidos na fase de diagnóstico das problemáticas sentidas, apesar de existir ainda um longo caminho no desenvolvimento de metodologias cada vez mais participativas.

Para que este género de metodologias resulte, ao nível dos diagnósticos e do planeamento feitos, é necessário aproveitar melhor a proximidade que os alunos e as famílias têm à Escola. Só desta maneira se consegue alcançar um envolvimento mais eficaz e realmente participativo.

Um traço comum das entrevistas é que as escolas escolhem a intervenção em rede. No entanto, existem algumas limitações na execução de um trabalho conjunto com toda a comunidade educativa.

Relativamente à estrutura organizacional, denotou-se que os entrevistados valorizam lideranças mais humanistas, e que o foco é sempre o bem-estar dos alunos. Afirmou-se também, neste contexto, que há espaço para a partilha de ideias. No entanto, também aqui se sentem alguns entraves, tal como um sentimento de medo à mudança instituído.

Delimitadas as características acima desenvolvidas, analisa-se agora o segundo objetivo da presente dissertação: as potencialidades do contexto educativo para a criação de um Ecosistema de Inovação Social.

A principal alavanca identificada para a sua criação foi a proximidade e o número de horas que os alunos passam diariamente na Escola. Destacou-se também a Escola como sendo a instituição pública com que os cidadãos se sentem mais próximos, uma vez que é algo comum ao percurso de todos.

Por outro lado, os entrevistados apontam o facto de a Escola ser um espaço que promove o debate e a reflexão junto dos alunos, que estão numa idade em que são criativos. Esta é a conjuntura ideal para os alunos terem novas ideias e refletirem sobre as mesmas.

Relembra-se que o terceiro objetivo se prende com questionar o papel do assistente social, enquanto agente de Inovação Social, na criação de um Ecosistema de Inovação Social na Escola.

Em jeito de reflexão, os entrevistados identificam que a função do assistente social passa pela criação e/ou manutenção de uma boa rede trabalho, contribuindo para que

a comunidade, e todos os serviços conexos, estejam empenhados no trabalho conjunto de definição de estratégias e resolução de problemas.

Outra vertente que o assistente social terá de desenvolver é a *advocacy*, de forma a defender os direitos de toda a comunidade, a começar pelos direitos dos próprios assistentes sociais, tendo em vista a promoção do bem-estar de todos, através de uma Escola mais humanizada.

Em jeito de término, impõe-se novamente a seguinte pergunta: de que forma pode a Escola ser um Ecosistema de Inovação Social?

A Escola pode ser um Ecosistema de Inovação. O contexto educativo tem potencialidades de o ser, mas existem ainda algumas limitações para que isso se concretize de pleno.

Começamos por evidenciar que as mudanças na Escola são sempre um processo lento, fruto da rigidez do sistema, que permanece igual ao longo dos anos. Esta lentidão de processos acaba por ser uma barreira à Inovação Social.

No entanto, começam a existir alguns sinais de mudança que se concretizam em pequenos vislumbres de Inovação Social, como o surgimento de práticas mais participativas. No entanto, mesmo este tipo de práticas encontra ainda, diariamente, variadas limitações e desafios pela frente.

Para que estas barreiras sejam ultrapassadas, é preciso envolver os alunos e toda a comunidade nestas práticas. A chave está na promoção do verdadeiro envolvimento, para que sejam encontradas soluções mais criativas e sustentáveis para os problemas sociais que a escola e o respetivo território apresentam.

Para se fomentar a Inovação Social é necessário um maior apoio dos decisores políticos, dos agentes educativos e dos profissionais mediadores da sociedade e a Escola (Giesecke e Schartinger, 2021).

Apesar das limitações do presente estudo, ao nível da amostra, as conclusões retiradas do mesmo podem rapidamente ganhar novos contornos, se tivermos em conta outro tipo de variáveis. Falamos, por exemplo, ao nível do Ministério da Educação, de linhas orientadoras para a Inovação, de criação de programas e fontes de financiamento.

Numa última nota, realça-se que, em futuras investigações seria interessante realizarem-se estudos com uma amostra maior e um universo mais amplo, em que sejam entrevistados outros agentes educativos e da comunidade. Seria também um

valioso contributo a realização de um estudo de caso de uma escola, ou de um agrupamento de escolas, que se possam considerar socialmente inovadores.

Bibliografia:

Fontes:

ISCTE-IUL. (2020) Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL. 1643044824553_Co_digo_de_Conduta_E_tica_na_Investigac_a_o_ISCTE.pdf

Referências Bibliográficas:

Albuquerque, C. (2014). Pensamento e Planeamento Estratégico na Intervenção Social: O Enfoque na Qualidade e na Inovação. Em M.H. Carvalho, & C. Pinto, Serviço Social Teorias e Práticas (pp. 163-180). Lisboa: PACTOR.

Amaro, M. I., & Pena, M. J. (2018). Intervenção do Serviço Social em Meio Escolar: Da Tradição à Inovação. Em M. I. Carvalho, Serviço Social em Educação (pp. 25-40). Lisboa: PACTOR.

André, I. & Abreu, A. (2006) Dimensões e Espaços da Inovação Social. (Não completa)

Bastos, J. (2016). Questões Críticas sobre Inovação Social, Eficácia e Escalabilidade: O Caso da IPSS SAOM. Research Notes on Impact Economy, pp. 21-26.

Batista, E. C., Matos, L. A., & Nascimento, A. B. (2017). A Entrevista Como Técnica de Investigação Na Pesquisa Qualitativa. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, 11(3), pp. 23-38.

Batista, F. L., & Helal, D. H. (2023). Education and Social Innovation: The Reciprocal Formation. APGS, 15(2).

Biggeri, M., Testi, E., & Bellucci, M. (2017). Enabling Ecosystems for Social Enterprises and Social Innovation: A Capability Approach Perspective. Journal of Human Development and Capabilities, 18(2), pp. 299-306.

Carayannis, E., Grigoroudis, E., Stamati, D., & Valvi, T. (2021). Social Business Model Innovation: A Quadruple/Quintuple Helix-Based Social Innovation Ecosystem. IEEE Transactions on Engineering Management, 68(1), pp. 235-248. doi:10.1109/TEM.2019.2914408

Carvalho, M. I. (2018). Educação, Direitos Humanos e Serviço Social Crítico. Em J. L. D'Almeida, & P. Sousa, Serviço Social na Escola Contributos para o campo profissional (pp. 171-187). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Carvalho, M. I. (2018). Sistema Educativo e Serviço Social nas Escolas: Breve Introdução. Em M. I. Carvalho, Serviço Social e Educação (pp. 1-16). Lisboa: PACTOR.

Castor, B. (2007). Inovação Social e desenvolvimento. Em D. Farfus, & M. Rocha, Inovações Sociais (pp. 71-84). Curitiba.

Cobo-Gómez, J. C. (2024). Social innovation in university-community partnerships in Latin America: Exploring collaborative models. *Sustainable Technology and Entrepreneurship*, 3(2). doi:<https://doi.org/10.1016/j.stae.2023.100061>

Correia, S., & Machado, A. (2021). Inovação Social Aplicada à Área de Gestão: Uma Análise Conceitual. *REEN - Revista Eletrônica de Estratégica & Negócios*, 14(2), pp. 137-161. doi:[10.19177/reen.v14e22021136-161](https://doi.org/10.19177/reen.v14e22021136-161)

Coutinho, C. P. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra: Edições Almedina.

D'Almeida, J. L., Sousa, P., & Ribeiro, S. (2018). A Escola Hoje: Velhos Problemas, Novos Caminhos. Em J. L. D'Almeida, & P. Sousa, Serviço Social na Escola - Contributos para o campo profissional (pp. 17-42). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Diogo, E., & Valduga, T. (Maio de 2021). O/a assistente social na educação: implicações para uma escola inclusiva. *Aprender*.(41), pp. 49-63.

Duarte, C. (2018). Serviço Social e Absentismo Escolar: Princípios e Valores de uma Ação Pedagógico-Interventiva. Em M. I. Carvalho, Serviço Social em Educação (pp. 81-90). Lisboa: PACTOR.

Farfus, D., & Rocha, M. C. (2007). Inovação Social: Um Conceito em Construção. Inovações sociais.

Fernandes, A. (2020). Crianças em situação de desproteção: da intervenção à inovação das práticas do serviço social. ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/21339>

Fortin, F. (1999). O Processo de investigação: Da concepção à realização. *LUSCOCIÊNCIA*.https://www.academia.edu/42384751/O_processo_de_investigacao_FORTIN

Giesecke, S., & Schartinger, D. (2021). The Transformative Potential of Social Innovation for, in and by Education. *Journal of Social Entrepreneurship*, pp. 140-160.

Gil, A. C. (2008). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Editora Atlas S.A.

Guo, W. (2009). Research on innovation ecosystem in IT industry. 2009 Chinese Control and Decision Conference. Guilin: IEEE.

Howaldt, J., Kaletka, C., Schröder, A., Rehfeld, D., & Terstriep, J. (2016). Mapping the World of Social Innovation: Key Results of a Comparative Analysis of 1.005 Social Innovation Initiatives at a Glance. SI-drive.

IAPMEI. (2016). Manual do Empreendedor.

IFSW (2014), "Global Definition of the Social Work Profession". Disponível em <https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/>

Jesus, A. (2019). Inovação em serviço social: potencialidades e limites do empreendedorismo (social) como estratégia de integração social. Lisboa: ISCTE-IUL. Tese de doutoramento.

Jesus, P., & Azevedo, J. (2020). Inovação educacional. O que é? Porquê? Onde? Como? Inovação e mudança em educação, pp. 21-55.

Jin-fu, W. (2010). Framework for University-Industry Cooperation Innovation Ecosystem: Factors and Countermeasure. 2010 International Conference on Challenges in Environmental Science and Computer Engineering. Wuhan: IEEE.

Mendes, A. (2021). Ecosistema de inovação social e a tendência do impacto da inovação social nas instituições. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro. Obtido de <http://hdl.handle.net/10773/31444>

Minayo, C. (2001). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.

Monteiro, A. (2019). O que é a Inovação Social? Maleabilidade Conceitual e Implicações Práticas. 62(3), pp. 1-34.

Mouro, H. (2014). Teoria e Teorizar em Serviço Social. Em M. H. Carvalho, & C. Pinto, Serviço Social Teorias e Práticas (pp. 27-56). Lisboa: PACTOR.

Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). Social Innovation: what it is, why it matters and how it can be accelerated.

Namba, M. (2006). Accelerating Commercialization of University Output by Translating It into Social Value. *Technology Management for the Global Future - PICMET 2006 Conference*. Istanbul: IEEE.

Nandan, M., London, M., & Bent-Goodley, T. (2015). Social Workers as Social Change Agents: Social Innovation, Social Intrapreneurship, and Social Entrepreneurship. *Human Service Organizations: Management, Leadership & Governance*, pp. 38-56.

Parente, C., Marcos, V., & Diogo, V. (2014). Sobre inovação e empreendedorismo social. Em C. Parente, *Empreendedorismo Social em Portugal* (pp. 242-259). Porto: Universidade do Porto - Universidade de Letras.

Parpan-Blaser, A., & Hüttemann, M. (2019). Social Innovation in Social Work. In J. Howaldt, C. Kaletka, A. Schröder, & M. Zirngiebl (Eds.), *Atlas of Social Innovation: A World of New Practices* (Vol. 2, pp. 80-83). Oekoem. <http://hdl.handle.net/11654/28002>

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ribeiro, S., Sousa, P., & D'Almeida, J. L. (2018). O Trabalho do (a) Assistente Social com a Comunidade Local. Em P. Sousa, & J. L. D'Almeida, *Serviço Social na Escola - Contributos para o campo profissional* (pp. 263-278). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Sawatani, Y., Nakamura, F., Sakakibara, A., Hoshi, M., & Masuda, S. (2007). Innovation Patterns. *IEEE International Conference on Services Computing (SCC 2007)*. Salt Lake City: IEEE.

Schröder, A., Krüger, D., & Kuschmierz, L. (2017). *Social Innovation: Creating Innovative Spaces for Education and Lifelong Learning*. SI-DRIVE.

Sousa, P., & D'Almeida, J. L. (2018). A Intervenção do Serviço Social nas Escolas. Em J. L. D'Almeida, & P. Sousa, *Serviço Social na Escola - Contributos para o campo profissional* (pp. 187-200). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Verdasca, J. L. (2016). Inclusão, Inovação e Bem-Estar: a experiência das comunidades escolares de aprendizagem Gulbenkian XXI. Em C. Palmeirão, & J. M. Alves, *Promoção do Sucesso Educativo: estratégias de Inclusão, Inovação e Melhoria - Conhecimento, formação e ação* (pp. 9-39). Porto: Universidade Católica Editora.

Vieira, A. M. (2018). Da Territorialização das Políticas Educativas: Incursão Histórica e Comparada de Intervenções Sociopedagógicas. Em J. L. D'Almeida, & P. Sousa, Serviço Social na Escola Contributos para o campo profissional (pp. 43-72). Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus.

Vieira, N. S., Lopes, D., Higuchi, A. K., Silva, F., & Soares, N. S. (2023). Governança Participativa e Inovação Social: Análise do Programa Cisternas nas Escolas na Região Semiárida Brasileira. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 19(1). doi:<https://doi.org/10.54399/rbgdr.v19i1.6154>.

Westley, F. (2008). *The Social Innovation Dynamic. The Social Innovation Journey*.

Anexos:

Anexo A – Guião de Entrevista:

Guião de Entrevista:

Caracterização do entrevistado:

- Idade;
- Género;
- Profissão;
- Anos de experiência.

Perguntas:

1. Que problemáticas são sentidas no contexto educativo?
2. De que forma é realizado o diagnóstico dos problemas?
3. Descreva a prática do assistente social?
4. Que tipo de metodologias são utilizadas?
5. A intervenção social tem uma vertente mais preventiva ou é sobretudo centrada na resolução de problemas?
6. Que tipo de planeamento é utilizado na intervenção?
7. São definidas estratégias para a resolução de problemas? Se sim, de que tipo?
8. Na escola como é que envolvem todos os participantes?
9. Que atores internos e externos estão envolvidos na intervenção social?
10. Que contributos são dados pelos diferentes parceiros?
11. De que forma é que os beneficiários dos serviços são envolvidos?
12. De que modo são estabelecidas as parcerias com a comunidade?
13. As escolas privilegiam o trabalho em rede? Se sim, de que forma se organizam?
14. Que tipo de influência que a característica do território tem na comunidade escolar? De que forma é que as soluções são pensadas consoante o território?
15. Quais são as principais dificuldades e obstáculos à intervenção social nas escolas?
16. De que forma são ultrapassados esses obstáculos?
17. Como é que caracteriza os tipos de liderança nas escolas?
18. Como é que caracteriza os fluxos de comunicação existentes?
19. De que forma é que coordenam e organizam o trabalho entre todos?
20. Que valores é que a intervenção acrescenta aos respetivos beneficiários?

21. De que forma é que a intervenção capacita os sujeitos/comunidade?
22. Que pontos fortes é que o contexto educativo tem para a criação de soluções socialmente inovadoras?
23. Quais são os principais desafios que a inovação social enfrenta nas escolas?
24. Qual é o papel do assistente social para a criação de um ecossistema de inovação social?
25. Como é que pode ser compreendida a inovação social pela comunidade escolar?
26. De que forma é que se pode envolver os alunos e toda a comunidade escolar na definição e partilha de ideias socialmente inovadoras?
27. De que forma a inovação social pode ser algo transformador nas escolas?

Anexo B – Consentimento informado:



Consentimento informado

O presente estudo surge no âmbito da realização de uma dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade, a decorrer no Iscte – Instituto Universitário de Lisboa. O estudo é realizado por mim, Inês Isabel Costa Baptista, com o número de aluno 83691, sob orientação da Professora Doutora Maria João Pena.

O objetivo da dissertação centra-se na análise de como pode ser implementado/criado um ecossistema de inovação social no contexto educativo. Pretende-se identificar as potencialidades do contexto educativo para a existência de um ecossistema de inovação social, bem como questionar o papel do assistente social como agente de inovação social.

A sua intervenção consiste numa entrevista semi-estruturada e poderá durar cerca de uma hora. A entrevista será gravada em formato áudio de modo a garantir que a informação não se perde. Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. Denota-se que poderá não beneficiar diretamente com a sua participação, mas as suas respostas vão contribuir para o enriquecimento do presente estudo.

A sua participação é estritamente voluntária, uma vez que pode escolher participar ou não. Se escolher participar, pode desistir em qualquer momento sem ter de prestar nenhuma justificação. A sua participação é igualmente anónima sendo que, em nenhum momento do estudo, não precisa de se identificar. A entrevista tem um carácter confidencial, realçando-se que toda a informação recolhida através da entrevista irá ser utilizada apenas para a realização da presente dissertação de mestrado.

Agradeço a sua disponibilidade em participar nesta dissertação de mestrado.

Face a estas informações, por favor indique se aceita participar no estudo:

Aceito Não aceito

Nome: _____

Data: _____

Assinatura: _____